

DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E PSIQUIATRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: NOTAS FARMACOBIOPOLÍTICAS SOBRE O CORPO

Juslaine de Fátima Abreu **Nogueira** – UNESPAR

Resumo

Este trabalho faz uma análise de prontuários de crianças encaminhadas pela escola por queixas de comportamento, nos quais encontra-se a fabricação de uma vastíssima e refinada narrativa sobre os corpos infantis. Nestes arquivos, as crianças passam a ser nomeadas a partir de classificações psiquiátricas, o que tem permitido tanto a inscrição de suas condutas como transtornos mentais, como o agigantamento da neurofarmacologização de seus corpos. Neste percurso, a discursividade de alguns prontuários foi marcando pistas de sua voraz articulação com o regime político de gestão dos corpos a partir da sexualidade, sinalizando-nos que os processos de normalização e controle das subjetividades contemporâneas, via discurso pedagógico, estão constituídos no cruzamento entre dispositivo da sexualidade e a produção do corpo psiquiatrizado no espaço escolar no interior das biopolíticas de nossa época.

Palavras-chave: discurso pedagógico; psiquiatrização; dispositivo da sexualidade; biopolítica neoliberal.

DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E PSIQUIATRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: NOTAS FARMACOBIOPOLÍTICAS SOBRE O CORPO

Na escola contemporânea, há, pois, um gesto que tem nos ficado demasiadamente fácil: marcar feito-gado, nos corpos infantis, o discurso da psiquiatria hegemônica de vertente biologicista, incorporando seu vocabulário nosológico nas vozes da Educação. Assim, a partir das categorias diagnósticas validadas pelas últimas edições do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV e V), publicados pela Associação Americana de Psiquiatria, bem como a partir do capítulo V do Código Internacional de Doenças - CID-10, que trata da classificação de Transtornos Mentais e Comportamentais, produzido pela Organização Mundial de Saúde, temos visto crianças e jovens amplamente narrados em patologias como Transtorno de Conduta, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Oposição e Desafio (TOD), Dislexia, dentre muitas outras classificações, muitas das quais, ressalte-se, passam a também compor o assombroso mosaico

dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) – cujo carro-chefe é o autismo e seus espectros –, categoria esta que tem sido usada para alargar a identidade dos sujeitos da Inclusão a partir dos mais recentes documentos que norteiam as políticas públicas educacionais brasileiras.

Pois bem, tornar difícil este gesto que tem ficado tão simples, corriqueiro, banalizado e fácil demais que é discursivizar as condutas das crianças, a partir de sua escolarização, como um caso neuropsiquiátrico é o que pretendeu, primeiramente, esta pesquisa e seu empreendimento crítico. Partindo, então, de um trabalho de investigação em **prontuários** de crianças – encaminhadas pela escola por queixas de conduta/comportamento (o que, muitas vezes, vinha justificado, inicialmente, sob a roupagem de problemas de aprendizagem) – a centros de avaliação psicopedagógica e atendimento especializado, encontramos o aparecimento, na cena educacional contemporânea, da figura do aluno-laudado e neurofarmacologizado. Nestes prontuários, uma vastíssima e refinada narrativa sobre as crianças tem sido produzida, de modo mais específico, em fichas de encaminhamento e relatórios escritos pelos especialistas da escola (os “diagnósticos” dados pelas/os professoras/es, diretoras/es e equipe pedagógica), bem como o cruzamento disto com laudos/pareceres médicos e psi e, ainda, com documentos do campo jurídico. Neste percurso, muitos prontuários foram dando-nos pistas de que a psiquiatrização dos corpos infantis, em muitos casos, estava fortemente aliançada com o dispositivo da sexualidade e é este entrecruzamento que torna-se, então, o foco de nossas problematizações neste texto.

Copulações entre psiquiatrização da infância e dispositivo da sexualidade: o dossiê de Diadorim

[...] mas Diadorim é minha neblina...
(GUIMARÃES ROSA, 1982, p.22)

A abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia (BUTLER, 2002, p.157).

Foucault já nos alertou no primeiro volume de sua *História da Sexualidade*: toda a rede discursiva da instituição escolar, desde seus investimentos e regulações disciplinares, “fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças” (2001, p.30). A pergunta, então, é: como o sexo das crianças, tão amplamente em discurso desde o século XVIII – seja naquilo que explicitamente diz, seja naquilo do dizer que está como que textualmente silenciado, mas discursivamente latejando – vem entretecendo-se, afinando-se e mancomunando-se, em nossa

época, com toda a maquinaria da psiquiatrização dos corpos escolarizados? Parece haver nisto muita simbiose. Parece haver uma interseccionalidade entre a sexualidade e a produção do corpo psiquiatrizado no espaço escolar, no interior das farmacobiopolíticas contemporâneas.

De tantos prontuários dessas crianças infames da escola, trazemos a este texto o encontro com Diadorim. Assim vamos chamar a menina-menino, este corpo indigesto, que congrega a história de tantas crianças. Nossa/o Diadorim poderia passar sem que nunca a/o conhecêssemos, mas ganha alguma fâisca de clarão entre nós, agora, porque “Diadorim pertencia à sina diferente”, porque seu corpo confrontou-se com os exercícios de poder e com os modos de governo de nossa época. Como Diadorim de Guimarães Rosa, há também muito mais silêncio em nossa/o Diadorim. Pouco ela/e fala. Não há sua voz. Todavia, muito se fala dela/e, do seu corpo, de sua insuportabilidade. A partir do momento em que habitou a escola, nossa/o Diadorim movimenta-se no seu silenciamento e na verborragia de tantos saberes que veredictam sobre seu corpo: o da pedagogia, o da psicologia, o da medicina, o das formas jurídicas.

Diadorim nasceu em novembro de 1997. Encontramos-a/o, via seu prontuário-de-criança-transtornada, pela primeira vez, em 2004. Tem 6 anos. É na escola, na sua alfabetização, que seu corpo começa a ser patologizado. É a escola quem a/o encaminha para ser avaliada/o, diagnosticada/o, laudada/o, neurofarmalogizada/o e judicializada/o. Seguem alguns fragmentos de seu dossiê.

05 de agosto de 2004 – Relatório Escolar assinado pela professora da 1ª série, pedagoga e diretora. Diadorim tem 6 anos.

Diadorim, no início do ano, se encontrava com outra professora da 1.ª série. Nesta ocasião apresentava muitos problemas em sala de aula, onde **a professora não dava conta de seu comportamento**. [...] **ela sempre causa transtornos**. A professora nos conta que Diadorim é muito agressiva. Ao mesmo tempo em que está trabalhando, se irrita e começa a agredir a todos, correndo, gritando e estragando o material das outras crianças. Cospe, joga-se no chão, maltrata os outros, morde. [...] **Ameaça jogar abjetos** (sic!) **nos outros**[...].

13 de setembro de 2004 – Parecer de Avaliação psicopedagógica. Diadorim tem 6 anos.

Encaminhamentos: [...] **Sugere-se avaliação neuropsiquiátrica** (encaminhamento já entregue para a mãe). **Sugere-se avaliação psicológica** com orientação familiar (dificuldade de interação com as pessoas, extrema agressividade e descontrole emocional).

10 de julho de 2005 – Relatório Escolar sobre o 1º Semestre assinado pela professora, pedagoga, psicóloga e diretora. Diadorim tem 7 anos.

É uma criança “super esperta inteligente”, mas usa tudo isso de forma desorganizada através da agitação, provocação verbal e corporal; palavões, brigas constantes; gritos; manhas; invade o espaço dos colegas, inclusive o das professoras. [...] **Todos os dias há reclamação do comportamento desafiador e agressivo que Diadorim apresenta na escola**. [...] **Passou a tomar medicação CARBAMAZEPINA des de o início do ano, acalmado-se um pouco, mas como o comportamento permaneceu instável e as reclamações continuaram, a Psiquiatra prescreveu mais uma medicação: RISPERIDONA**. [...]

14 de dezembro de 2007 – Relatório sobre o 2º Semestre da Sala de Recursos de Condutas Típicas. Diadorim tem 10 anos.

[...] Foi conversado com a mãe para conferir a medicação, mas esta disse que Diadorim toma sozinha. **A mãe a deixou cortar o cabelo bem curto (parecendo um menino).** [...] É uma criança que está em risco social total e precisa da ajuda do Conselho Tutelar e /ou da Promotoria. Apesar de tantas confusões, foi aprovada para a 3ª série por apresentar condições de aprendizagem.

10 de Julho de 2008 – Relatório sobre o 1.º Semestre expedido pela escola. Assinado pela professora, psicóloga, pedagoga e diretora. Diadorim tem 10 anos.

[...] **Suas roupas e o corte de cabelo são todos masculinos;** vale lembrar que um de seus irmãos tem quase a mesma idade e usam juntos as roupas.[...]

19 de dezembro de 2009 – Relatório Escolar sobre o 2.º Semestre da Sala de Recursos de Condutas Típicas. Diadorim tem 12 anos.

[...] Diadorim comenta sobre o mundo à sua volta, sua turma do bairro, jogos de futebol e de como, cuidando de carros no dia de finados, ganhou dinheiro para “rachar” uma pizza com um amigo. [...] No dia 03/10 foi chamada a mãe de Diadorim para falar sobre a medicação de toda família [...]. Tem boa percepção visual, raciocínio lógico e compreensão. Demonstra preocupação com seu futuro e a família, tem sonhos e esperanças como todo mundo. **Conversa sobre diversos assuntos, porém não gosta de ser questionada sobre sua sexualidade. Ela ainda precisa ser bastante trabalhada na questão de gênero, a qual está aguardando atendimento com a psicóloga do postinho de saúde do Boqueirão.** [...] **AVANÇOS: Diadorim é uma excelente aluna com relação aos conteúdos.** Comunica-se muito bem, expressando sua ideias e pensamentos. Possui bom raciocínio lógico, memória e percepção. **DIFICULDADE: A maior dificuldade da Diadorim é o seu comportamento agressivo.** **ENCAMINHAMENTOS: Iniciar atendimento psicológico no postinho; continuidade de atendimento na Sala de Recursos de Condutas Típicas, terapia e medicação.**

2010 – Relatório sobre o 1.º Semestre da Sala de Recursos de Condutas Típicas. Diadorim tem 12 anos.

[...] Em mediação com a pedagoga Denise, está com seu comportamento estabilizado, não tem demonstrado agressão com colegas e professores, os conflitos dos quais se envolve estão no padrão de normalidade de outro adolescente. **Apresenta comportamento relacionado a gênero, no vestir, nas brincadeiras.** Realiza todas as atividades propostas e **não apresenta dificuldades de aprendizagem.** [...] **Faz uso de medicação. (Risperidona 0,5 a noite, Carbamazepina xarope 10 ml a noite).**

2011 – Relatório sobre o 1.º Semestre da Sala de Recursos de Condutas Típicas. Diadorim tem 13 anos.

[...] É uma menina que aceita sugestões da professora e dos colegas e não apresenta dificuldades acadêmicas acentuadas. [...] **Seu modo de vestir-se continua a ser com roupas masculinas.**

06 de março de 2013 – Termo de declaração de guarda municipal à Delegacia relatando ato infracional de Diadorim. Diadorim tem 15 anos.

[...] W. declara que é **polícia da Guarda Municipal** e que na data de 06/03/2013, por volta das 07h40min, sua equipe foi **acionada pela central para atendimento de uma briga na escola** [...] onde havia [...] esfaqueamento de um aluno na entrada da escola; declara que **quando chegaram na escola foi repassado pelos professores as características e o nome da infratora DIADORIM que havia esfaqueado na parte da face a vítima por nome B.;** declara que em ronda avistaram a menor na esquina de sua rua; declara que foi feito a abordagem. A menor infratora confessou ter cometido tal infração e na sequência foi entrado em contato com a mãe da menor e conduzida a mesma para esta especializada Delegacia da Mulher para as devidas providências. Foi feita a apreensão da faca. Nada mais.

07 de março de 2013 – encaminhamento de Oitiva Informal do Ministério Público ao juiz de direito da Vara da Infância e Juventude. Diadorim tem 15 anos.

[...] 2) Diante da gravidade do ato infracional, bem como verificando a presença de indícios suficientes de autoria e prova de materialidade, o Ministério Público oferece representação em face da nominada adolescente [...] 4) Requer que seja realizado estudo social na residência da representada; 5) O Ministério Público, diante da gravidade do fato, iria representar pela internação provisória da adolescente DIADORIM. Todavia, nesta data, em visita de inspeção à Delegacia de Polícia, este agente ministerial constatou que **o adolescente DIADORIM estava algemado no corredor, pelos tornozelos, já que não há cela para custódia de adolescentes do sexo feminino,** e é cediço a enorme dificuldade para obtenção de vaga junto ao CENSE para cumprimento da medida de internação provisória, motivo pelo qual requer o Ministério Público A **IMEDIATA LIBERAÇÃO DA ADOLESCENTE DIADORIM,** em razão de flagrante irregularidade de sua custódia [...]

18 de março de 2013 – Relatório de Estudo Social - Serviço Social Forense da Vara da Infância e Juventude. Diadorim tem 15 anos.

[...] Situação da adolescente: [...]. DIADORIM, embora com comportamento feminino, veste-se de maneira aparentemente masculinizada, à moda de skatistas. Ela e sua mãe acreditam que seja uma manifestação adolescente e a jovem admite que futuramente pode deixar de trajar-se desta maneira. Disse que, por sua aparência, uns dias antes a adolescente havia se queixado à mãe de que B. havia lhe xingado de “menino sem pinto”, mas que DIADORIM prefere não tocar no assunto por sentir-se envergonhada e humilhada... A mãe aconselhou-a a ignorar e afastar-se dele. Por isso, a mãe acredita que DIADORIM envolveu-se na briga por medo e auto-defesa das ameaças de B. [...] Em entrevista com a adolescente, relatou que envolveu-se numa primeira briga porque B. portava um soco inglês e tentou agredir um aluno novo. Como **foi ameaçada por ele**, resolveu levar uma faca consigo, apenas para se defender e não desejava ter acertado o rapaz. A adolescente foi transferida da escola, cuja direção alegou má repercussão entre os pais. Durante a entrevista, DIADORIM pediu para voltar a estudar e foi encaminhada por este Serviço Social Forense à pedagoga do CONSE. **Parecer Conclusivo:** Considerando o exposto, sugerimos respeitosamente acompanhamento em Liberdade Assistida através do CONSE.

Inclusão como imperativo e identidade DSMizada: corpos abjetos nas garras farmacobiopolíticas

Foucault, no texto de 1977 intitulado *A vida dos homens infames*, testemunha seu abalo diante das palavras – “misto de beleza e de horror” (FOUCAULT, 2010, p. 206) – que compunham as *letres-de-cachet* (1660-1760), petições através das quais qualquer súdito oferecia ao rei, na Idade Clássica, queixas e delações dos vícios, crimes, vagabundagens, baixezas, loucura, promiscuidade e toda variedade da ‘tortez’ da conduta de outrem. Foi assim, através destes relatos sobre indivíduos que afrontavam a ordem do Rei e a ele eram denunciados, que a vida ínfima e infame - a história minúscula de muitas existências - ganhou uma escrita, pode sobreviver e chegou até Foucault, chegou até nós. Tal como as *letres-de-cachet* a Foucault, primeiramente, as queixas e os relatos dos prontuários “abalaram fibras em mim”, todavia agora não mais pelo floreio patético das petições ao monarca, mas pela linguagem supostamente asséptica, técnica, observacional e neutra que, não por isso, é menos bizarra. Segundo, porque tais palavras somente estavam ali porque ali encontrava-se uma criança que debateu-se com o poder, tensionou a sua força, não com o regime de soberania, como os adultos das *letres*, mas uma infância que está confrontando-se com o regime de segurança de nossas sociedades pós-disciplinares/neoliberais.

Nos documentos que compõem o prontuário de Diadorim, salta o incômodo com suas condutas, a princípio seu comportamento jagunheiro, violento, indócil. Nem a escola, nem todas as avaliações conseguem lhe atribuir convincentemente problemas de aprendizagem. Diadorim é “inteligente e esperta”. Os arquivos, a partir de seus nove anos, começam, timidamente, mas de modo reiterante, a assinalar o que até então estivera impronunciável: sua identidade de gênero é descabida. E isto sinalizaria “questões com a sexualidade”, ou melhor, com a heteronormatividade. Parafraseando um dos enunciados que consta em um dos primeiros relatórios escolares e apropriando-se do lapso de digitação cometido pela escola

(“abjeto” aos invés de “objeto”), Diadorim ameaça jogar seu corpo abjeto nos outros. A suspeita: aqui – em sua ameaça à heteronorma – é que reside, em muito, a psiquiatrização de Diadorim.

A existência de Diadorim localiza-se em um espaço ambíguo, de transitoriedade entre fronteiras. Ao operar uma desconstrução no sistema sexo-gênero-desejo, desestabiliza a escola e perturba a ordem das coisas. Questionando a norma cisgênera e heterossexista, Diadorim – que, repetimos, carrega a história de tantas outras crianças – torna-se um corpo que não importa, nas palavras de Judith Butler (2001), um corpo abjeto. Como sua experiência coloca em xeque o sistema normativo, ela não tem lugar em instituições como a escola, historicamente normalizadora. A história de Diadorim e as ocorrências de seus comportamentos excêntricos escancaram a necessidade de uma verdade psi e médica que estabeleça e reafirme a definição viável dos sujeitos, mostrando uma insistência da instituição escolar em trazê-la à normalidade.

Neste escopo, por meio de avaliações oriundas dos mais diversos saberes, Diadorim foi incitada a confessar seu sexo¹. É desta confissão que a verdade do seu Ser poderia ser extraída. Entretanto, ainda que Diadorim negue-se a falar sobre sua pretensa verdade sexual, diante dos questionamentos² sobre sua sexualidade pela escola, os inúmeros exercícios do poder do exame sobre seu corpo, a partir de uma série de saberes, sentenciavam o que supostamente este confessaria através mesmo de seu modo de vestir-se, cortar o cabelo e (des)comportar-se. Estava dado seu desvio da Norma. Sobretudo, a insistência em seu encaminhamento para tratamento psicológico em razão “das questões de gênero” revelam que, tanto para a escola quanto para o próprio poder judiciário (delegacia, ministério público, assistência social forense), a homossexualidade é impronunciável, quase uma palavra contagiosa, a ponto de, diante de seu “ato infracional”, absolutamente todos omitirem, ignorarem, fazerem de conta que não sabiam, lavarem as mãos que naquela facada explodiu toda humilhação, todos os xingamentos, toda hostilidade, toda violência que vinha sofrendo. Até mesmo Diadorim não conseguia pronunciar o que, de fato, a/o levou àquela atitude. Foi a mãe que relatou o que, timidamente, o relatório da assistência social forense mencionou:

¹ Foucault (2001) nos mostra que, no caminho de disciplinar e normalizar corpos e populações, a confissão – prática do cristianismo que foi laicizada na modernidade – se constituiu como uma estratégia de mapeamento e hierarquização das práticas sexuais. Em um processo de observação, escuta e estímulo, os consultórios médico-psi – e também a escola – tornaram-se espaços de confissão de si e de descrição das práticas corporais e sexuais.

² Ver, por exemplo, o fragmento do relatório escolar de 19/12/2009, citado em seu dossiê, quando Diadorim tinha 12 anos, no qual a enunciação deixa pressuposto que a escola fazia inquirições à/ao jovem para que falasse sobre sua sexualidade, o que deixa-nos como efeitos de sentido que esta sexualidade era questionada e somente poderia ser questionada dentro de um regime político dos corpos que toma a hererossexualidade como Norma: “[...] Conversa sobre diversos assuntos, porém não gosta de ser **questionada** sobre sua sexualidade”.

Diadorim estava sendo hostilizada/o como “menino sem pinto”, o que, nas palavras de Butler, escancarava a sua existência abjeta, a sua rejeição, o seu corpo que não deveria estar ali. Se Diadorim provoca uma distensão nesta correspondência sexo-gênero – seria uma menina que se comporta/ veste-se como menino -, parece que o temor mais profundo reside no abalo muito mais implosivo realizado pelo seu corpo: o rompimento com a heterossexualidade compulsória. No corpo de Diadorim estende-se esse fio que há séculos, em nossas sociedades, tem ligado “o sexo e a procura da verdade” (FOUCAULT, 2002, p. 229), ainda que agora nas ressonâncias dos Discursos da Inclusão e da Diversidade, discurso este pelo qual, sobremaneira, a escola contemporânea tem justificado as práticas psiquiatrizantes no governo dos corpos infantis.

Embora haja um reposicionamento discursivo dos enunciados que colocavam a homossexualidade como patologia, como doença, como anormalidade, os discursos inclusivos de nossa época não põem em xeque a fabricação histórica que, desde a passagem do século XIX para o século XX, na esteira do saber-poder médico, inserem os corpos num regime político normativo heterossexual (FOUCAULT, 2001; BUTLER, 2003), naturalizando-os. Assim, toda a alteridade lida a partir da homossexualidade tem de ser aceita, tolerada, respeitada, só que dentro do inabalável e pretensamente natural roteiro da heteronorma.

Em nosso tempo, ninguém ousa questionar a Inclusão e os Discursos da Diversidade. Todos, ao que parece, somos do lado dos cidadãos do bem: acolhedores e reconhecedores do direito do Outro a “ser diferente”, pois “ser diferente é normal”. Quem não está deste lado - dos que discursam uma sociedade inclusiva – recebem rechaço social e, embora seus dizeres excludentes sejam tomados como inconcebíveis em “pleno século XXI”, as práticas discriminatórias, violentas e de morte continuam explodindo nos corpos abjetos, como num bombardeio advindo de um inimigo que não se sabe muito bem onde está. Neste sentido, a Inclusão da alteridade tem sido colocada, nas sociedades ocidentais contemporâneas, como um grande imperativo (LOPES, 2009; LOPES e VEIGA-NETO, 2011) e toda a rede discursiva que a faz funcionar inunda diuturna e reiteradamente a nossa existência, como se não houvesse outro dizer possível ou como se o discurso de celebração da Inclusão do Outro – que toma uma dada ideia de respeito/tolerância como a chave-mestra para a solução dos conflitos culturais – fosse a melhor, a inquestionável e a única alternativa discursiva diante de históricas exclusões e preconceitos sofridos pela alteridade que é, em síntese, desde a Modernidade, os mesmos Outros, ou seja, os sujeitos que escaparam à Norma da branquidade, da masculinidade, da adulez, da heterossexualidade, da ocidentalidade, da urbanidade, do corpo ouvinte, são, produtivo, moralmente adequado, racional, burguês.

Em tempos de reclames inclusivos, Diadorim não poderia ser excluída da escola sob a alegação de que seu corpo não corresponde à Normalidade. Todavia, seu corpo esbofeteia o sistema normativo de sexo-gênero-desejo, o sistema naturalizado que lê os corpos no esquema que estabelece, por exemplo, a seguinte Norma: ter vagina é, automaticamente, igual a ser mulher, que é igual a ter uma instintiva e biológica conduta feminina que deseja, naturalmente, homens. Esta é a Normalidade afrontada. Todavia, por um lado, se sobre o caráter construído desta normalidade não há desconfiança, como se esta normalidade fosse um dado da natureza fora da Linguagem, para além da Linguagem, por outro lado, o desvio da Normalidade escancarado no corpo de Diadorim não pode ser deixado de lado. Sobre este corpo inadequado perpetuam-se as regulações, os julgamentos, o escárnio e, agora, a obrigatoriedade de ser incluído. Diadorim grita sua inclusão excludente. Diadorim expõe, indócil e agressivamente, seu abandono, que é feito de discriminações de toda ordem: de classe social, de gênero, de raça, impressas em violações e violências físicas e morais. Diadorim, frisamos, não pode ser expulsa assim, à luz do dia. Como, então, diante de uma alteridade insuportável, processar seu pertencimento à Normalidade? Como, em tempos de Discurso da Diversidade, garantir a sua inclusão na aldeia global, na “escola para todos”? Psiquiatrizar os corpos, laudá-los como um cérebro em desordem, necessitados de ajuda médica e jurídica, necessitados de um diagnóstico (e, inclusive, necessitados de medicação), parece ser uma das grandes estratégias dentro da racionalidade neoliberal para realizar a Inclusão - essa grande finalidade das sociedades contemporâneas -, capturando a alteridade em novas formas de normalização - essa grande finalidade desde as sociedades modernas. Em outras palavras, o diagnóstico e o laudo psiquiátricos, o “rótulo” patologizador e a identidade DSMizada estão colocados como a única chance de pertencerem à escola e à sociedade esses corpos indecifráveis e transbordantes, que não cabem nas identidades deficientes e nem em nenhuma patologia classicamente reconhecível, estes que ainda escapam, as figuras da abjeção contemporânea.

A noção de governamentalidade – noção mais explicitamente desenvolvida por Michel Foucault a partir do seu curso de 1978, *Segurança, Território e População* (2008) – permite-nos um instrumento de análise para pensar a questão de governo da vida – e, portanto, da Educação – também no contexto das sociedades de segurança e, especialmente, no marco das políticas neoliberais. É fundamental ressaltar que a noção de governamentalidade formula-se no momento em que Foucault vai esgarçando a própria noção de governo, tomado-o como “condução das condutas” para além do entendimento de um centro de dominação político-estatal, o que nos convoca a localizar a ideia de governo tanto no âmbito das tecnologias

políticas, quanto na dimensão das tecnologias de si.

Neste viés, salta-nos no dossiê de Diadorim que todos - a posição-sujeito da professora, da equipe multidisciplinar, dos médicos, das psicólogas, de todos os profissionais parte da rede de proteção (as instâncias jurídicas: conselheiros tutelares, juízes, promotores do ministério público) -, de seus lugares institucionais, nada mais fazem do que entrar no jogo discursivo posto, pelos quais somos interpelados em nossa governamentalidade neoliberal, isto é, nesta nossa mentalidade de governo da vida de si e do outro que move-se na confluência das verdades psi-médico-jurídica hegemônicas. Todos assumem o discurso psiquiatrizante menos por uma lógica clínica “pura”, mas como um lugar de julgamento dos corpos infantis que já vêm justificados na virtualidade da periculosidade, anunciando uma dada situação de “risco social”. E o que parece ser, de fato, este risco? O risco da delinquência, o risco de não se fazer um corpo empregável³, o risco de não pertencer à posição de consumidor, o risco de afrontar o sistema heteronormativo, em síntese, o risco de não estar, enfim, viabilizado moral e economicamente (SIERRA, 2013). Entendo que a *noção de risco* cravada nos corpos das crianças infames da escola está profundamente conectada ao que Jamil Cabral Sierra conceitua como existências que precisam ser viabilizadas, que precisam ser tornadas *vidas viáveis*, ou seja, são aquelas vidas ainda “não ajustadas aos processos de classificação, correção e normalização”; são os corpos não cabíveis numa normatividade “que institui a lógica identitária como recurso à inclusão na esfera jurídica, social e educacional”; são corpos não conciliados à prescrição das “práticas sexuais e afetivo-amorosas [...] corretas, honradas, saudáveis, seguras e aceitáveis”, são vidas, enfim, não harmonizadas ao “projeto de utilidade-rentabilidade que a ordem do consumo e do trabalho neoliberais apregoam como necessárias ao projeto de consolidação do sujeito de direito” (SIERRA, 2013, p. 68-69).

Como expurgo daquilo que este corpo pode oferecer de perigo é que é preciso, então, laudá-lo. É preciso submetê-lo a uma série de exames cujos resultados decalcam as mesmas vulgatas e, no fim, oferecem-lhe um pretense diagnóstico redentor: uma identidade DSMizada, categorizada no CID. É a teatralidade monótona e previsível desses documentos que, legalmente, ampararão os corpos infantis na escola contemporânea e que vão justificar seu direito de pertencer, seu direito de participar, seu direito, enfim, de estar incluído neste espaço.

Maura Corcini Lopes e Alfredo Veiga-Neto (2011) mostram que a inclusão, em seu

³ A empregabilidade colocada como aptidão meramente individual.

paradigma neoliberal, refere-se “a um número cada vez maior de indivíduos a incluir” (p. 122) e, neste sentido, urge problematizar quem são estes sujeitos aspirantes da inclusão, quem são estes que estão entendidos como os excluídos, que estão compreendidos, num jogo binário, no lugar desse ainda “outro da inclusão”. Parece-me que este “outro da inclusão” têm sido ocupado, em muito, por aqueles que, estranhamente/*queerizadamente*, ainda insistem escapar das incontestáveis benesses das garras inclusivas de nossa atualidade. Nos *insights* de Butler (2001), arrisco dizer que a psiquiatrização como estratégia de inclusão atinge enormemente a estes a quem a filósofa tem chamado de “corpos abjetos”, esses corpos que não importam, que habitam a ininteligibilidade e que, portanto, ainda não poderiam, na lógica binária da Representação/da Identidade, ter uma existência reconhecida e legítima.

É preciso, portanto, afastar-se desse binarismo. Por isso, Maura Lopes e Veiga-Neto também ressaltam que “a inclusão não é ‘boa’ por si mesma; além disso, ela não é, necessariamente, o outro da exclusão. Do mesmo modo, pode-se compreender que muito frequentemente inclui-se para excluir, isso é, faz-se uma inclusão excludente” (2011, p. 123), o que nos leva a considerar, assumindo a argumentação e a grafia proposta pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (Gepi/CNPq/Unisinos), que o que tem estado em jogo, de fato, é uma *in/exclusão*. Pelas articulagens da *in/exclusão*, evidencia-se o quão inócuo é insistir num debate que coloca a questão da inclusão num mero posicionamento de matriz maniqueísta/dicotômica, que facilmente reduz qualquer problematização da inclusão como uma automática aceitação das práticas historicamente excludentes. Assim, faz-se necessário mostrar como a inclusão tem sido naturalizada como uma condição revolucionária, progressista e humanista em si mesma, apagando-se a racionalidade política e a moral neoliberal que a orquestra neste momento, de forma que, compulsoriamente, ela coloca-se como dever a ser assumido por todos que defenderiam uma sociedade democrática e um estado de direito.

Suspeito que a psiquiatrização da educação tem constituído-se numa tática que pretende desagrar e aquietar as condutas insurgentes, capturar os que resistem, reajustar os seus corpos e os reinserir numa normalidade incluída e, para tanto, entendo que está em jogo modulações na ideia de anormalidade/normalidade que nossa época tem acolhido e que parecem trazer algumas distensões às formulações do paradigma moderno, uma vez que entram em cena, cada vez mais, políticas que, perseguindo a **segurança** e o **sujeito de direito**, colocam os corpos em cálculos de **fator de risco** e em **índices de vulnerabilidade** a serem eliminados. Neste sentido, bem como na ressonância daquilo que Beatriz Preciado (2008) denomina como regime farmacopornográfico, defendo, inclusive, que introduz-se entre

nós o que chamaria aqui de estratégias **farmacobiopolíticas** para dizer destas estratégias de governo que, em tempos de racionalidade neoliberal, referendada pelas verdades do campo neuro-psi biologizantes, pretendem fazer o controle dos corpos e da vida através de investidas biomoleculares e farmacológicas, colocando as subjetividades como bens gerenciáveis sobretudo pelas multinacionais farmacêuticas.

Preponderantemente, tem sido via este cálculo de risco que se tem operado uma gestão dos corpos, especialmente dos corpos infantis, a fim de que estes não desestabilizem a normalização, mas, pelo contrário, mostrem sua capacidade de, algum modo, pertencer à normalidade. É psiquiatrizado que o corpo, paradoxalmente, pode ressurgir ajustado, acomodado, viabilizado, uma vida – moral e economicamente – viável, como já nos apontou Sierra (2013). Neste sentido, a meu ver, é que a psiquiatrização e seu processo neurofarmacologizador, como estratégias inclusivas, operam novos gradientes na ideia de normalidade, pois controlam os corpos em sua potencialidade de risco social (o controle da delinquência, da imoralidade, da herança genética etc) e insurgência.

Defendo, neste sentido, que o dispositivo da sexualidade tem se encontrado, na escola contemporânea, com o que chamo, aqui, de dispositivo pedagógico psiquiatrizante. Antes de tudo, empresto o termo dispositivo que, na acepção foucaultiana, demarca:

[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. **O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.** Em segundo lugar, [...] **entre estes elementos**, discursivos ou não, **existe um tipo de jogo**, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções [...]. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como **um tipo de formação que, em um determinado momento histórico teve como função principal responder a uma urgência** (FOUCAULT, 2002, p. 244, grifos meus).

Em segundo lugar, entendo que este dispositivo faz uma poderosa vinculação à psiquiatria contemporânea hegemônica, através de uma especial sintetização de três grandes movimentos-chave nos processos de governo em nossa época: 1) a prevalência da ciência do cérebro (o campo-*neuro*) como paradigma central na construção dos nossos jogos de verdade; 2) a farmacologização dos corpos, fundamentalmente no que concerne ao controle da alma/da psique; 3) a judicialização da vida. São estes três fenômenos, como peças centrais deste dispositivo pedagógico psiquiatrizante que, aliançando-se com o dispositivo da sexualidade, então, darão sustentação à realização desta imensa finalidade: a possibilidade de inclusão das subjetividades que se localizam nos franjamentos de inteligibilidade dos corpos. Em outras palavras, os processos de inclusão têm visto escaparem de suas garras inúmeras

subjetividades. Há sempre as/os que fazem morada nas franjas da grade de compreensão dos corpos para bem estarem incluídas/os. É isto o que tem acontecido a pessoas trans* que, para serem reconhecidas como sujeitos de direito e participarem dos processos socioeducacionais inclusivos, têm de passar pela maquinaria da psiquiatrização/medicalização de seus corpos. Aí estão também crianças e jovens que não podem ser encaixados como um caso dos paradigmas clássicos da deficiência, mas cujas condutas escorrem das amarras da normalidade. É isso: a normalidade não está dando conta das condutas, do fato dos comportamentos que escapolem. Para estas/es que sobram, uma potente aliança entre dispositivo da sexualidade e dispositivo psiquiatrizante tem se mostrado uma potente estratégia normalizadora.

Em suma, suspeito que é a compulsoriedade de **incluir** os corpos e condutas desviantes aquilo o que rege a grande condição de possibilidade do aparecimento deste fenômeno de psiquiatrização dos sujeitos escolares, ampliando a fome moderna de normalização. Em nossa atualidade, corpo normalizado é o corpo que está incluído. A inclusão, portanto, é o grande imperativo; psiquiatrizar é estratégia. Não é a psiquiatrização, por óbvio e a princípio, o que normaliza, mas há um dispositivo pedagógico psiquiatrizante, muitas vezes pactuado com o dispositivo da sexualidade, que, paradoxalmente, ao anormalizar, é o que permite garantir a ação das biopolíticas inclusivas, pois atua na captura da diferença, orquestrando o reajuste dos corpos e os reinserindo em novas normalidades. Em outras palavras, é este matrimônio entre dispositivos da sexualidade e psiquiatrizante o que contribui e garante, via escola, na lógica das biopolíticas neoliberais, uma boa parte dos processos de inclusão, uma vez que permite abocanhar as subjetividades que habitam as franjas da inclusão, especialmente aquelas que têm escapado do já estabilizado, decifrável e bem montado *script* da heteronorma.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Ponto de Vista. In: PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, V. 10, n. 1., Florianópolis, jan. 2002, p. 155-167.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Microfísica do Poder**. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **Ditos & Escritos. Vol. IV**. Estratégia, Poder-Saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.203-222.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: Veredas**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

LOPES, Maura Corcini. **Políticas de Inclusão e Governamentalidade**. Educação & Realidade, V. 34, n. 2, p. 153-169, mai./ago. 2009.

_____; VEIGA-NETO, Alfredo. Inclusão, Exclusão, In/Exclusão. **Revista Verve**, n. 20, 2011, p. 121-135.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madri: Espasa, 2008.

SIERRA, Jamil Cabral. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: o governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para teorização político-educacional LGBT**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2013.